

continuação		CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. - CELPA CNPJ: 04.895.728/0001-80					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros (R\$ Mil)					
		Saldo em R\$	Cenário				
		Risco (exposição)	Cenário Provável	Cenário II +25%	III Cenário +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Operação							
Ativos							
Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	1.024.997	1.024.997	1.281.246	1.537.496	768.748	512.499
Impacto no resultado		-	12.755	15.944	19.133	9.566	6.378
Passivos							
Financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(715.777)	(768.673)	(780.987)	(793.301)	(756.359)	(744.045)
	SELIC	(484.326)	(520.650)	(529.098)	(537.545)	(512.203)	(503.755)
	TJLP	(294.391)	(314.998)	(319.813)	(324.628)	(310.184)	(305.369)
	IGP-M	(238.528)	(248.836)	(251.306)	(253.776)	(246.365)	(243.895)
	IPCA	(591.031)	(614.795)	(620.506)	(626.217)	(609.083)	(603.372)
Total passivos financeiros			- (2.467.952)	(2.501.710)	(2.535.467)	(2.434.194)	(2.400.436)
Impacto no resultado			- (143.898)	(177.657)	(211.415)	(110.142)	(76.383)
Efeito líquido no resultado			- (131.143)	(161.713)	(192.283)	(100.576)	(70.006)
Referência para ativos e passivos financeiros			Taxa em 31/12/2017	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)			7,39	9,24	11,09	5,54	3,70
SELIC (% 12 meses)			7,50	9,38	11,25	5,63	3,75
TJLP (% 12 meses)			7,00	8,75	10,50	5,25	3,50
IGP-M (% 12 meses)			4,32	5,40	6,48	3,24	2,16
IPCA (% 12 meses)			4,02	5,03	6,03	3,02	2,01
Fonte: Santander. (vii) Risco de escassez de energia: O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Em uma situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria redução de receita. Com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (conta bandeiras) no sentido de sinalizar a situação hidrológica do país, contendo assim o consumo de energia de forma não racional. (viii) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento: Os Processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse destes às tarifas. 37.6. Gestão do capital: A política da Administração da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas. A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados. O gerenciamento do capital está baseado no acompanhamento							
PARECER DO CONSELHO FISCAL							
O Conselho Fiscal da CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A. – CELPA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou o Relatório Anual da Administração, e as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Com base nos exames efetuados e considerando o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeira, apresentados sem ressalvas, pela KPMG Auditores Independentes em 08 de março de 2018, opina que os referidos documentos, bem como a proposta de destinação do lucro do exercício							
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS							
Aos Administradores e Acionistas da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA - Belém - PA. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional							
de três indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia: • Dívida líquida / EBITDA. • Dívida líquida / (dívida líquida + patrimônio líquido). • Dívida de curto prazo / dívida total. • No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia atingiu níveis esperados dos indicadores mencionados acima. 38. Compromissos: Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são os seguintes: Energia contratada (R\$) 2018 a 2032 2.356.657 2.461.092 2.566.358 49.292.802 Energia contratada (MhW) 11.498.719 11.934.625 12.398.280 188.460.678 (*) estimado 12 anos após 2020. Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do CCEAR, e foram homologados pela ANEEL. 39. Seguros: A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados suficientes, para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável por danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações financeiras, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com as apólices de seguros contratadas pela Companhia estão demonstrados a seguir: Vigência 2018 2019 2020 Após 2020 * Riscos Riscos operacionais 31/12/2018 327.359 Responsabilidade civil geral - operações 31/12/2018 7.000 Seguro garantia judicial (a) 104.412 Seguro garantia leilão de energia (b) 141 Automóvel 31/12/2018 (c) (a) Apólices vigentes até novembro de 2021. (b) Apólices vigentes até agosto de 2018. (c) 78 veículos próprios. A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de um exame de informações trimestrais e, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. 40. Eventos subsequentes: Em 16 de fevereiro de 2018, houve a liquidação antecipada do contrato com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID , no montante de R\$193.382 milhões.							
Conselho de Administração Armando de Souza Nascimento Augusto Miranda da Paz Júnior Carlos Augusto Leone Piani Eduardo Haiama Firmino Ferreira Sampaio Neto José Jorge de Vasconcelos Lima.							
Conselho Fiscal Paulo Roberto Franceschi Saulo Tarso Alves de Lara Vanderlei Dominguez da Rosa Sônia Regina Jung							
Diretoria Executiva Raimundo Nonato Alencar de Castro - Diretor Presidente Eduardo Haiama - Diretor de Relações com Investidores Carla Ferreira Medrado - Diretora Chrysthyan Gonçalves de Almeida - Diretor Humberto Soares Filho - Diretor Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima - Diretor Marcos Antônio Souza de Almeida - Diretor Tinn Freire Amado - Diretor Geovane Ximenes de Lira - Gerente de Contabilidade e Tributos - Contador CRC PE 012996-O-3 S-PA							
e o orçamento de capital estão em condições de serem apreciados e votados pela Assembleia Geral. Brasília, 08 de março de 2018 Paulo Roberto Franceschi Saulo Tarso Alves de Lara Vanderlei Dominguez da Rosa							
foram os significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre as demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Ativo financeiro da concessão e intangível (notas explicativas 15 e 16, respectivamente): A Companhia possui em 31 de dezembro de 2017 ativo financeiro da concessão e intangível nos montantes de R\$ 1.776.977 mil e R\$ 2.762.202 mil, respectivamente. A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até ao final da concessão é classificada como ativo financeiro da concessão, por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Esse direito é mensurado com base no valor novo de reposição (VNR) em conexão com os processos de Revisão Tarifária Periódica, homologada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e posteriormente atualizado pela inflação. Os saldos compostos pelos direitos de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão, amortizáveis até ao prazo final da concessão, são reconhecidos como ativo intangível. A bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível possui um risco de distorções atribuídas a erros nas estimativas preparadas pela Companhia. Adicionalmente, observa-se que o ativo financeiro, que representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário, por investimentos de bens não reversíveis e não amortizados, deve ser atualizado monetariamente conforme orientações do Órgão Regulador. Devido à relevância dos montantes envolvidos, complexidade e julgamento envolvido que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.							